

cação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico com referência a 31 de Dezembro de 1998.

Os funcionários dispõem de 30 dias a contar da data da publicação do aviso para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

30 de Março de 1999. — A Coordenadora, *Olema Rodrigues Moita Mariano*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 8917/99 (2.ª série). — Nos termos do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 43/94, de 17 de Fevereiro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 67/95, de 8 de Abril, o Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência, adiante designado por SPTT, para a prossecução das suas atribuições dispõe, como unidades especializadas, de centros de atendimento, unidades de desabilitação e comunidades terapêuticas.

Por sua vez, os n.ºs 5 e 6 do citado artigo 22.º determinam a obrigatoriedade da criação, em cada distrito, de um centro de atendimento e, em cada região, de uma unidade de desabilitação, bem como de uma comunidade terapêutica.

Assim, ao abrigo do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 43/94, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 67/95, foram, desde logo, criados diversos centros de atendimento.

Posteriormente, através do despacho n.º 32/95, de 21 de Setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 264, de 15 de Novembro de 1995, o SPTT passou a dispor de mais alguns centros de atendimento, bem como de outras unidades especializadas: quatro unidades de desabilitação e duas comunidades terapêuticas.

Entretanto, a natureza do fenómeno da toxicodependência bem como as condições objectivas de actuação no terreno conduziram à publicação da Lei n.º 7/97, de 8 de Março, que, no seu artigo 1.º, prevê o alargamento da rede de serviços públicos para o tratamento e reinserção de toxicodependentes, a qual se integra no SPTT, conforme o disposto no artigo 8.º da mesma lei.

Importa, pois, rever estas situações, actualizando a rede de serviços públicos e criar as unidades que se pretende venham a ser instaladas até ao final do ano de 2000.

Assim, nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 43/94, de 17 de Fevereiro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 67/95, de 8 de Abril, determino o seguinte:

1 — A rede de serviços públicos para o tratamento e reinserção de toxicodependentes integra as seguintes unidades especializadas, agrupadas pelas quatro direcções regionais do SPTT:

Direcção Regional do Norte:

Centro de Atendimento de Toxicodependentes da Boavista;
Centro de Atendimento de Toxicodependentes de Braga;
Centro de Atendimento de Toxicodependentes de Bragança;
Centro de Atendimento de Toxicodependentes da Cedofeita;
Centro de Atendimento de Toxicodependentes do Conde;
Centro de Atendimento de Toxicodependentes de Gaia;
Centro de Atendimento de Toxicodependentes de Gondomar;
Centro de Atendimento de Toxicodependentes de Guimarães;
Centro de Atendimento de Toxicodependentes de Matosinhos;
Centro de Atendimento de Toxicodependentes Ocidental do Porto;
Centro de Atendimento de Toxicodependentes Oriental do Porto;
Centro de Atendimento de Toxicodependentes do Vale do Sousa;
Centro de Atendimento de Toxicodependentes de Viana do Castelo;
Centro de Atendimento de Toxicodependentes de Vila Real;
Unidade de Desabilitação do Norte - Cedofeita;
Comunidade Terapêutica do Norte;

Direcção Regional do Centro:

Centro de Atendimento de Toxicodependentes de Aveiro;
Centro de Atendimento de Toxicodependentes de Castelo Branco;
Centro de Atendimento de Toxicodependentes de Coimbra;
Centro de Atendimento de Toxicodependentes da Covilhã;
Centro de Atendimento de Toxicodependentes da Figueira da Foz;

Centro de Atendimento de Toxicodependentes da Guarda;
Centro de Atendimento de Toxicodependentes de Leiria;
Centro de Atendimento de Toxicodependentes de Peniche;
Centro de Atendimento de Toxicodependentes de Pombal;
Centro de Atendimento de Toxicodependentes de Santa Maria da Feira;
Centro de Atendimento de Toxicodependentes de Viseu;
Unidade de Desabilitação de Coimbra;
Comunidade Terapêutica de Coimbra (Arco-Íris);

Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo:

Centro de Atendimento de Toxicodependentes de Abrantes;
Centro de Atendimento de Toxicodependentes de Almada;
Centro de Atendimento de Toxicodependentes da Amadora;
Centro de Atendimento de Toxicodependentes do Barreiro;
Centro de Atendimento de Toxicodependentes do Litoral Alentejano;
Centro de Atendimento de Toxicodependentes de Loures;
Centro de Atendimento de Toxicodependentes de Oeiras;
Centro de Atendimento de Toxicodependentes da Parede;
Centro de Atendimento de Toxicodependentes do Restelo;
Centro de Atendimento de Toxicodependentes de Santarém;
Centro de Atendimento de Toxicodependentes de Setúbal;
Centro de Atendimento de Toxicodependentes de Sintra;
Centro de Atendimento de Toxicodependentes das Taipas;
Centro de Atendimento de Toxicodependentes de Torres Vedras;
Centro de Atendimento de Toxicodependentes de Xabregas;
Unidade de Desabilitação das Taipas;
Unidade de Desabilitação de Xabregas;
Comunidade Terapêutica do Restelo;

Direcção Regional do Alentejo:

Centro de Atendimento de Toxicodependentes de Beja;
Centro de Atendimento de Toxicodependentes de Elvas;
Centro de Atendimento de Toxicodependentes de Évora;
Centro de Atendimento de Toxicodependentes de Portalegre;

Direcção Regional do Algarve:

Centro de Atendimento de Toxicodependentes do Barlavento — Portimão;
Centro de Atendimento de Toxicodependentes do Sotavento — Olhão;
Unidade de Desabilitação do Algarve — Olhão.

2 — É revogado o despacho n.º 32/95, do Secretário de Estado da Saúde, de 21 de Setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 264, de 15 de Novembro de 1995.

9 de Abril de 1999. — A Ministra da Saúde, *Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina*.

Louvor n.º 195/99. — A 20 de Abril de 1999 aposenta-se, por limite de idade, o Dr. Augusto de Almeida Marques Henriques, médico assistente graduado em cirurgia geral do quadro de pessoal do Hospital do Visconde de Salreu.

Esteve ligado àquele Hospital desde 1964, após a sua estada nos Estados Unidos da América, onde, de 1957 a 1964, permaneceu como médico residente no Mercy Hospital de Hamilton, Ohio, desempenhando as funções de chefe de residentes.

Exerceu no Hospital do Visconde de Salreu as funções de presidente da comissão instaladora e presidente da comissão de delegados da instituição, à data designada Hospital da Misericórdia de Estarreja e, posteriormente, Hospital Distrital de Estarreja, contribuindo com a sua acção para um engrandecimento da instituição.

No exercício das suas funções de cirurgião, sempre se notabilizou pela superior competência e pelo nível das intervenções que executou, sendo sobejamente conhecida de todos a mestria e o saber que detém, que, aliados às excelentes qualidades humanas, o tornaram referência e marco inesquecível da história do Hospital do Visconde de Salreu.

Assim, e por proposta do conselho de administração do Hospital do Visconde de Salreu, no momento em que deixa de exercer as suas funções, é de maior justiça prestar-lhe público louvor.

16 de Abril de 1999. — A Ministra da Saúde, *Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina*.